



MUNICÍPIO DE TONDELA

ATA N.º 6 /2023

**REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA REALIZADA
NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2023**

MEMBROS PRESENTES:

Presidente Fátima Carla Dias Antunes Borges
Vereador Francisco José de Moura Coutinho da Costa e Sousa
Vereador João Carlos Figueiredo Antunes
Vereador Fernando Simões de Sousa
Vereadora Vera Lúcia Machado
Vereadora Ana Maria Marques Coimbra
Vereador Francisco Duarte Fonseca

MEMBROS QUE FALTARAM:



- Presidência

1- Votação da ata da reunião ordinária de 14 de fevereiro

2- Votação da ata da reunião extraordinária de 20 de fevereiro

3- Informações

4- Protocolo celebrado com a CIM Viseu Dão Lafões - Barragem do Fagilde

5- Protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e o Rancho Folclórico de Parada de Gonta

6- Libertação de saldo do protocolo celebrado com a Federação Caminhos de Santiago

7- Política de Proteção de dados

8- Agradecimento da Câmara Municipal de Celorico da Beira

- Departamento de Planeamento Urbanismo e Edifícios

9- Despachos efetuados no uso das competências delegadas e subdelegadas das obras particulares

10- Isenção de taxas de urbanismo à Fábrica da Igreja Paroquial de Vilar de Besteiros

- Departamento de Administração Geral, Económico Financeira, contratação Pública, Comunicação e Recursos Humanos

- Recursos Humanos

11- Aditamento ao Acordo Coletivo de Trabalho nº 212/2016

12- Anulação da deliberação "13- Abertura de procedimento concursal para Técnico Superior em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado para a área de Economia e Finanças" e Abertura de procedimento concursal para Técnico Superior em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado para a área de Economia e Finanças

- Contratação Pública

13- 5º Prorrogação de Prazo da Empreitada "Rede de Águas e Esgotos ao Caramulo - Lote 2 - Lote B"

- Divisão de Economia e Finanças

- Património

14- Transferência de património

15- Abate de património

---- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro, nesta cidade de Tondela, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a *reunião ordinária pública* da Câmara Municipal de Tondela, sob a presidência da senhora presidente da Câmara Municipal, Fátima Carla Dias Antunes Borges, estando presentes os senhores vereadores: Francisco José de Moura Coutinho da Costa e Sousa, João Carlos Figueiredo Antunes, Fernando Simões de Sousa, Vera Lúcia Machado, Ana Maria Marques Coimbra e Francisco Duarte da Fonseca. -----

---- A reunião foi secretariada por Maria Isabel Cabral Estrela. -----

---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando haver “quorum” para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a senhora presidente declarou aberta a reunião. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O senhor vereador Francisco Coutinho iniciou o período antes da ordem do dia, com a intervenção que se transcreve, no âmbito da política habitacional:-----

---- “Não era minha intenção fazer hoje uma intervenção no período antes da ordem do dia, mas depois das notícias que ouvi esta manhã, bem cedo, decidi que tinha a obrigação de o fazer.-----

---- Todos nós já sabemos que o PRR disponibiliza 2.700 mil milhões de euros para aumentar a oferta pública de habitação. -----

---- Também li, hoje mesmo, que o município de Viseu, ficando como exemplo do que se pretende fazer para apoiar jovens casais, investe 7 milhões de euros na remodelação do Bairro da Cadeia e metade das casas, serão para arrendamento controlado. -----

---- Sr^a. Presidente, Srs. Vereadores: Não seria a hora de unirmos esforços e fazermos exactamente o mesmo no Bairro da Noruega e no Bairro de Fomento da Habitação? ----

---- Haverá outra oportunidade destas?!-----

---- Para além isto, ainda li ouvi hoje, que o governo criou o PROGRAMA MAIS HABITAÇÃO, onde disponibiliza 900 milhões de euros. -----

---- No âmbito desse programa, reforça-se a Dinamização da Oferta Pública, com a isenção de mais-valias nas vendas ao Estado, ou seja, o governo propõe-se isentar do pagamento de mais valias-valias os proprietários que vendam ao Estado ou aos municípios, qualquer tipo de habitação, para que, assim, seja incrementada a oferta pública de arrendamento acessível.-----

---- Para promoção do arrendamento acessível, criou o Financiamento aos municípios para realização de obras coercivas, ou seja, existe uma linha de crédito no valor de 150 milhões de euros, para as autarquias realizarem obras, ao abrigo do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, sempre que não seja garantida a devida conservação dos imóveis por parte dos proprietários. -----

---- É esta a via que poderá salvar a zona histórica da cidade!-----

---- V. Ex^a. Sr^a. Presidente, tem conhecimento que a pouco mais de 100 metros deste salão nobre, existe uma casa em ruínas há mais de 50 anos? Passe no Beco do Encontro, logo ao cimo da Rua Dr. Cândido de Figueiredo e veja com os seus próprios olhos. -----

---- As outras ruínas que vou referir, V. Ex^a. e os Srs. Vereadores têm obrigação de conhecer, porquanto, pelo menos 2 vezes ao ano, passam à frente delas nas procissões do Corpo de Deus e de Santa Eufémia. -----

---- Situam-se na Rua Dr. Abel Lacerda, com início aqui bem ao nosso lado: -----

---- Casa da família “Pescadinha” que, segundo informação de V. Ex^a., já será propriedade do município (está em ruínas há mais de 40 anos);-----
---- Logo de seguida, do lado direito, a casa onde residiu o Sr. Mário “colchoeiro” e o edifício onde funcionou durante anos o Depósito de Pão, da Sociedade Panificadora Tondelense. -----
---- Mais 100 metros à frente e deparamo-nos com 2 casas que pertenceram ao Sr. Zé Polícia e à família “Tantanota”, que julgo estarem na posse do município aproximadamente há 10 anos.-----
---- Mais à frente, do lado esquerdo, a habitação da família Torres, onde residiram as irmãs Florinda e Isolinda, que se fossem vivas teriam cerca de 130 anos!!! -----
---- Imediatamente a seguir, encontram-se 2 casas abandonadas há mais de 30 anos: uma da família Viegas, onde residiu a D. Adelaide Correia de Barros e a outra onde viveu a D. Leontina e seu marido, o Sr. António Mirau. -----
---- Dentro destas casas, já nasceram árvores e servem de refúgio a animais rastejantes e roedores.-----
---- No entroncamento com a Av. Dr. António José d’Almeida, está um prédio abandonado há mais de 70 anos!-----
---- No Canto da Rua Dr. Abel Lacerda, está a ruína de uma habitação, da família Fortunato, há cerca de 80 anos! -----
---- Nesse mesmo canto, está há cerca de 40 anos, uma habitação inacabada, em tijolo, propriedade da D. Eduarda Borges. -----
---- É este o cenário miserável que, lamentavelmente acabo de descrever.-----
---- Esta rua, que há cerca de 120 anos era a rua principal de Tondela, que até tinha o nome de El Rei D. Carlos, caminha a passos largos para se tornar a nova estação arqueológica do nosso concelho. -----
---- Todos os imóveis que referi, são pequenos e estão longe da cobiça de investidores privados.-----
---- Existe uma ARU (Área de Reabilitação Urbana) para aquela zona, que não surte efeito. -----
---- Quase todos eles, são propriedade de vários herdeiros, sendo que nalguns casos, até se desconhece quantos.-----
---- Existem instrumentos legais para o Município tome posse efectiva dos mesmos.-----
---- Sr^a. Presidente, Srs. Vereadores: A oportunidade é única! -----
---- Ninguém perdoará que um município que teve capacidade para gastar cerca de 2,5 milhões na reabilitação de um campo de futebol e de uma estrada circundante, não tenha capacidade para cuidar do seu centro histórico, do seu coração, da sua história! -----
---- Não perca tempo Sr^a. Presidente. -----
---- A conjuntura é-lhe favorável!-----
---- Há financiamento público e, caso seja necessário contrair empréstimo para o efeito, conte com o apoio inequívoco dos vereadores da oposição.” -----

---- O senhor vereador Francisco Fonseca, de seguida, informou que se iniciou o projeto do programa “Saúde em Dia”, com o aumento de juntas de freguesia e de associações participantes. Realçou que do projeto no Centro Municipal de Exercício Físico, Saúde e Bem-Estar ter alargado à extensão de Saúde do Caramulo, promovendo cada vez mais o projeto de acesso a todos. Referiu que foi concluída a certificação de equipamentos desportivos do concelho (balizas, tabelas de basquetebol, entre outros) nos polidesportivos e demais campos, afetos ao município. Disse que ainda no desporto, participou na ação de ética e fair play, promovida pelos Galfarritos e pelo CAM,

integrado no projeto “dois clubes, um projeto”. Referiu ter estado presente no projeto do Núcleo de Karatê da ACERT, evento que decorreu com mais de 100 participantes de todo o País e presença na final do campeonato do centro de sub 16 feminino, da Associação de Basquetebol de Viseu.-----

---- Na área de urbanismo, informou que foi dado início ao processo para a criação de ARU's no concelho de Tondela, tendo a Comissão reunido duas vezes. -----

---- No serviço de energia, referiu que as equipas continuam em trabalho constante, de modo a responder às necessidades, nomeadamente nas escolas, prioridade atendendo à situação das instalações. Referiu que foram solucionadas as anomalias de energia no Centro de Coordenação de Transportes e da envolvente da Biblioteca Municipal, assim como da entrada principal do Parque Urbano. Deu nota de religações de 30 luminárias, de acordo com pedidos dos senhores presidentes das Juntas e Uniões de Freguesias. Informou, ainda que foi substituído grande parte da iluminação do Centro de Coordenação de Transportes, de forma a dignifica-lo. Disse que os serviços continuam com a intervenção na cobertura, pintura exteriores e outros arranjos necessários naquela infraestruturas. -----

---- De seguida, a senhora vereadora Vera Machado informou que esteve presente:-----

---- No Clast onde foi aprovado o Plano Municipal para a Igualdade de Género e Não Discriminação e no qual foi dado parecer favorável a uma candidatura do Recreio do Caramulo, ao PRR; -----

---- No encontro distrital de CLDS, salientando o trabalho exemplar do de Tondela que conseguiu entre muitas coisas, colocar uma edição sua sobre os incêndios no Plano Nacional de Leitura; -----

---- Na reunião alargada da CPCJ realizada nos Paços do Concelho;-----

---- Na reunião com os comerciantes, tendo ficado agendado novo encontro, cujo objetivo é ser um elemento facilitador e mobilizador para a reativação da Associação de Comerciantes, um instrumento crucial para interagir e dinamizar este setor;

---- Referiu que no âmbito da intervenção do senhor vereador Francisco Coutinho, a habitação é uma preocupação reconhecida do executivo. Disse estarem a olhar para o Bairro da Noruega e para o Bairro Fomento, de modo a construir um projeto para essa área da cidade. Contudo, referiu que é muito redutor limitar-se ao centro da cidade de Tondela, defende a coesão territorial. Disse que pensar que uma estratégia da habitação deve ficar circunscrita a um perímetro da cidade, não lhe parece uma estratégia para um concelho como o de Tondela. Referiu que está em discussão pública um conjunto de medidas, para as quais não foram ouvidas as autarquias, o que considera grave, porque são os que mais próximos estão da realidade e dos problemas. Informou que os serviços estão a olhar para o concelho no seu todo, estando um conjunto de projetos e ideias a serem avaliadas. Desafiou o governo a legislar por forma a que a construção a custos controlados tenha apoio a fundo perdido, pois são referenciadas muitas medidas, mas que na prática são difíceis de concretizar. -----

---- A senhora presidente referiu que a habitação é uma preocupação do executivo e recordou que na ultima reunião houve muita discussão da estratégia local de habitação, aquando da deliberação da 1ª alteração modificativa do orçamento, explicado a propósito do valor inscrito na verba relativa a aquisição de terrenos, contrariamente à questão colocada pelos senhores vereadores do Partido Socialista se se destinava à aquisição de um loteamento, em Campo de Besteiros, que a mesma seria para regularizar um conjunto de compromissos do passado, nomeadamente algumas

Feu

daquelas, referida na intervenção inicial da reunião, do senhor vereador Francisco Coutinho. Continuou dizendo que na estratégia local de habitação estão referenciadas famílias que necessitam de apoio nesse domínio, assim como habitação a custos controlados e de renda resolúvel. Referiu que o que pretendem para todos os que escolheram Tondela para residir é que haja mais habitação, melhor habitação a preços acessíveis a todos. Disse que para isso estão a trabalhar há muito tempo nos dois referidos bairros, com a construção de habitação a custos controlados e condigna, no designado Bairro das Colmeieiras. Referiu que pretendem continuar, com a demolição das casas desocupadas e que estão a avaliar outras situações, como é o caso da aquisição da casa do “Pescadinha”, inscrita em orçamento e para a qual existe um projeto previsto que engloba a pensão Matos. -----

---- Lembrou que no final do ano de 2022, foi aprovado a alteração da taxa de IMI para prédios devolutos e em ruínas, assim como uma redução da fixação da Participação Variável no IRS. Referiu que foi iniciado o processo para avaliar as áreas de delimitação para criação de novas ARU’s no concelho, tendo sido referido, em dezembro, que havia necessidade de avaliar o território, para se conhecer as áreas que podem ser delimitadas para a reabilitação urbanística, assim como conhecer as possíveis bolsas de imóveis passíveis de recuperação. -----

---- De seguida, informou que na assembleia de fevereiro foi aprovado a 1ª alteração modificativa para incorporação do saldo de gerência, no valor de no valor de 7 745 791,82€. Disse que nos mapas de fluxos de caixa que acompanharam essa alteração verifica-se o resultado da estratégia do executivo para a concretização de fundos comunitários, onde se pode verificar que a execução da receita, na rubrica 100307, o saldo de execução é de 50% e não 44%, como foi dito publicamente, pelos senhores vereadores e membros da assembleia municipal do PS. Disse que no que diz respeito à concretização das candidaturas ao programa operacional 2020 da região centro, o município de Tondela teve uma taxa de execução, de 63,2%, superior à taxa média de execução da CIM Viseu Dão Lafões, que é de 53%. Referiu que o esforço que foi realizado pelo município de Tondela durante o ano de 2022, na definição da principal prioridade de execução das obras candidatas aprovadas, trouxe resultados efetivos de receita de capital. Informou ainda que os valores globais, na receita ronda os 85% e a despesa os 65%. No que diz respeito ao relatório de execução entre a assembleia de dezembro e a de fevereiro, a execução quer na receita, quer na despesa tem um desvio para o que está previsto, bem que seja inferior ao verificado nos últimos anos. -----

---- O senhor vereador Francisco Coutinho referiu que foi o período antes da ordem do dia mais longo deste executivo. Lembrou que enquanto vereador e tendo presente a preocupação relativo à habitação, não se têm cingido unicamente à cidade de Tondela, tendo inclusivamente sugerido a possibilidade de aquisição do loteamento de Campo de Besteiros e que propuseram a criação de ARU’s em todo o concelho. Solicitou que a senhora presidente e os senhores vereadores que leiam com atenção e calma a intervenção que efetuou, pois tem boa memória, e em nada contradiz o que tem sido aprovado nas reuniões de câmara e na assembleia municipal. -----

---- A senhora presidente disse que a proposta de constituição de ARU’s foi apresentada pelo executivo e subscrita por si. -----



PERIODO DA ORDEM DO DIA

- Presidência

1- Votação da ata da reunião ordinária de 14 de fevereiro

---- Não houve intervenções. Colocada à votação, a ata da reunião ordinária de 14 fevereiro foi aprovada por unanimidade. -----

2- Votação da ata da reunião extraordinária de 20 de fevereiro

---- Não houve intervenções. Colocada à votação, a ata da reunião extraordinária de 20 de fevereiro foi aprovada por unanimidade. -----

3- Informações

---- O senhor vereador João Carlos Figueiredo informou que foi publicitado legislação que veio clarificar a atuação do município, na área da delegação de competências na área da educação. Referiu que na base da descentralização, a Lei vigente foi a 50/2018, tendo a partir daí sido publicitados várias diplomas, entre os quais: Decreto-Lei 21/2019, Decreto-Lei 84/2019, Lei 2/2020, Lei 56/2020 e a Lei 16/2023, que finalmente veio clarificar solicitações, para uma área mais determinante. Referiu as dificuldades no desempenho da missão e nas solicitações diárias com que a Câmara se tem deparado. Disse que a Lei 16/2023, define critérios de financiamento que possibilitarão a conservação dos edifícios, de modo a poder ser dada resposta em face da situação de deterioração que muitos edifícios se encontram. Disse que a Lei irá permitir igualmente uma melhor gestão de recursos humanos, nomeadamente assistentes técnicos. -----

---- Informou que os serviços de educação estão a diligenciar o seminário da educação, que se realizará no final de abril. Referiu que foram celebrados os protocolos, no âmbito da ação social escolar, com os dois Agrupamentos de Escolas de Tondela. Informou que foram retomados projetos como é caso da doação de livros, entre outros e que estão a proceder à concretização de procedimentos concursais para dar cumprimento a solicitações dos agrupamentos. Referiu que há um acompanhamento por parte da nutricionista na confeção das refeições escolares, quer do ponto de vista de condições de higiene, quer do ponto de vista da calibração da fruta, quer da capacitação dada aos alunos. Referiu que a biblioteca preparou workshops e o concurso nacional de leitura e estão a preparar a feira do livro e da leitura, que se vai realizar em abril. -----

---- Relativamente ao património, disse que os serviços efetuaram o levantamento da derrocada que ocorreu junto à Estela Menir de Caparrosa, que foi devidamente encaminhado para a Direção Geral de Cultura do Centro, e que estão a desenvolver esforços para a reabertura do circuito pedestre “Rota dos Laranjais”, que se encontra impedido em virtude de queda de árvores. -----

---- Informou ainda, que foram eliminados 41 ninhos de vespas velutinas, estando mais 12 referenciados. Referiu que se realizou um seminário com o objetivo de deteção e combate desta espécie invasora. Disse que estão a ser preparadas reuniões em todas as juntas e uniões de freguesias no sentido de sensibilizar sobre as queimas e queimadas. Informou também que estão a ser diligenciadas, junto de associações de baldios, a possibilidade de realização de fogo controlado. -----

---- O senhor vereador Francisco Coutinho referiu que têm havido relatos de que a Ecopista do Dão na área do concelho de Tondela, compreendida entre o túnel da Povia da Catarina até à foz do Rio Dinha em Mouraz, se encontra muita degradada, além de ter sido alvo de vandalismo. Referiu que os candeeiros que a iluminavam, foram furtados, há cerca de cinco anos, tendo sido identificado o seu autor, mas nunca foram repostos. Disse que o estado de abandono é grande, que foram furtados igualmente, uns painéis solares. Deste modo, questionou se tem em vista a sua requalificação, por forma a otimizar aquele equipamento que trouxe um grande dinamismo á região. -----

---- De seguida, questionou para quando o derrube das casas em ruínas, na rua Ricardo Mota, por serem inclusive um problema de saúde publica, com os roedores e rastejantes que aí se encontram. Referiu ter falado com alguns familiares, que informaram serem muitos os herdeiros, o que dificulta a notificação, tendo os mesmos manifestado que não querem despesas e que agradecem que as casas sejam demolidas. -----

---- O senhor vereador Fernando Sousa questionou para quando a reposição dos problemas deixados pelo empreiteiro, na obra de requalificação da Escola Secundária de Tondela, nomeadamente: as grelhas novas que foram colocadas e danificadas pelo próprio empreiteiro; os estores novos e que caíram, ainda com o empreiteiro em obra; as janelas de oscilobatente que ameaçam caírem, por estarem amarradas a um cordão; para além de infiltrações em tetos falsos. Disse que lhe custa admitir que a câmara possa estar a resolver alguns desses problemas, como aconteceu com os esgotos, quando é da responsabilidade do empreiteiro. -----

---- De seguida, referiu que há alguns meses falou com os proprietários de duas obras que estão a ocorrer no Botulho, que demonstraram disponibilidade em melhorar o alinhamento da rua, assim houvesse colaboração das autarquias. Disse que na rua dos Carvalhos, em frente à sede da Associação Ajuda, foi demolido um barracão e reconstruído exatamente no mesmo local, em blocos, com abertura de acesso a garagem, o que compromete por mais um século, a correção daquele alinhamento. Referiu que falou com o proprietário antes da obra que demonstrou disponibilidade em corrigir o alinhamento, assim houvesse colaboração da autarquia, pelo que questionou o que se passou. Referiu que a senhora presidente esteve no local recentemente, tendo já sido advertida por si, para a obra. Igualmente, no Botulho, na rua das Raposeiras, do lado direito, sentido Botulho / Molelos, referiu que foram abertos três largos portais, na parte mais estreita e mais necessitada da rua, sem que tenha havido qualquer correção. Disse que também neste caso, um dos proprietários demonstrou antecipadamente e na sua presença, disponibilidade para corrigir o alinhamento, assim houvesse colaboração da autarquia. Questionou qual o motivo para que as referidas correções não tivessem sido efetuadas e em que condições são permitidas tais obras. -----

---- A senhora presidente respondeu ao senhor vereador Francisco Coutinho, relativamente à Ecopista do Dão, disse que esta era uma importante infraestruturas para o concelho, por isso foi estabelecido um protocolo com a CIM Viseu Dão Lafões, que lhe transferiu a competência relativa à sua manutenção e beneficiação. Informou que relativamente ao furto dos candeeiros, diz respeito a toda a ecopista, pelo que está a ser repensada em contexto comum para todos os troços. Disse que é uma matéria que preocupa, sendo necessário, em zona urbana, encontrar alternativas. -----

---- Relativamente às casas na rua Ricardo Mota, referiu que registou o termo “quando são derrubadas”, lembrando que as mesmas são propriedade privada. Disse que foi

reforçado a sinalização do espaço, para proteção das pessoas e bens e que está a decorrer o processo de notificação dos proprietários. -----

---- O senhor vereador Francisco Fonseca referiu que a limpeza e manutenção da ecopista e sua envolvente está protocolada com a CIM Viseu Dão Lafões, sendo significativos os atos de vandalismo, quer seja de vedação, de equipamentos urbanos e dos candeeiros. Disse que está a ser estudada a sua recolocação, mas que os atos de vandalismo não possam a posteriori ocorrer e que os mesmos sejam eficientes. -----

---- Relativamente aos alinhamentos evocados pelo senhor vereador Fernando Sousa, referiu que os serviços estão sempre disponíveis para o diálogo sobre os mesmos, e que atendendo que não conhece os casos referidos, irá analisar os processos, para posterior informação.-----

---- A senhora vereadora Vera Machado informou que os proprietários das casas da rua Ricardo Mota foram notificados. Disse que foi marcada uma segunda vistoria para análise do agravamento do prédio de modo a poder, caso seja possível, executar coercivamente. Referiu que, para além da situação jurídica, existe igualmente a imputação da componente financeira.-----

---- A senhora presidente informou que em casos semelhantes, em que as casas apresentam degradação que possa implicar riscos das pessoas e bens e que haja necessidade da Câmara intervir, é necessário avaliar tecnicamente o seu estado e notificar os proprietários a procederem à sua conservação. Disse que, caso as mesmas não sejam executadas, é efetuada a posse administrativa do prédio, de acordo com a legislação, de modo a garantir a salubridade e segurança de pessoas e bens. Referiu que qualquer posse administrativa tem um custo associado que será atribuído posteriormente aos proprietários, que pagaram voluntariamente ou de forma coerciva através de uma execução fiscal. -----

---- O senhor vereador João Carlos Figueiredo disse que foi efetuada uma visita técnica à Escola Secundária de Tondela, para avaliar as situações de modo a poderem legitimamente reivindicar. Referiu que em junho de 2021, houve uma intempérie que partiu vários estores e danificou o capoto do pavilhão B, e sabendo que a escola tinha sido ressarcida para fazer essas obras, quando os equipamentos em abril passaram para a posse do município e que as referidas obras ainda não estavam executadas, houve necessidade de saber como poderia ser acomodada a verba, pelo que houve uma intervenção em 20 estores e no capoto. Relativamente às restantes execuções, informou que está a ser avaliada a forma de resolução o mais breve possível. Disse que relativamente às grelhas, há um diferendo, decorrendo uma da pavimentação e outra que decore alegadamente pela utilização de carros e que as danificaram, pelo que há necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio. -----

---- O senhor vereador Fernando Sousa disse que gostou da expressão “alegadamente”, pois só faltaria dizer que foram os alunos que danificaram as grelhas com os pés, sendo visível no local, os rodados dos camiões no asfalto. Referiu que os estores que se refere não são os danificados pela trovoada, mas os do pavilhão B, que foram colocados num dia e passado pouco tempo caíram, continuando a falta do estore. -----



---- O senhor vereador João Carlos Figueiredo disse ter tido cuidado no uso da palavra “alegradamente” porque tanto são as grelhas do lado da frente, onde não houve pavimentação, como as do lado de trás, onde houve pavimentação. Referiu que relativamente aos estores, estão empenhados na resolução da situação. -----

4- Protocolo celebrado com a CIM Viseu Dão Lafões - Barragem do Fagilde

---- Foi presente uma informação propondo o pagamento à CIM Viseu Dão Lafões, de acordo com a deliberação do Conselho Intermunicipal, o montante de 2 215,48€, referente à intervenção por parte da brigada de sapadores florestais da CIM Viseu Dão Lafões, na Barragem do Fagilde, afim de repor as condições de segurança e garantir as condições de operacionalidade da barragem, enquanto posto de abastecimento para os aviões que operam no combate a incêndios. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o referido pagamento. -----
---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

5- Protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e o Rancho Folclórico de Parada de Gonta

---- Foi presente um protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e o Rancho Folclórico de Parada de Gonta, até 12 530€, para apoio na 2ª fase das obras na sede, na antiga escola. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a celebração do protocolo. -----
---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

6- Libertação de saldo do protocolo celebrado com a Federação Caminhos de Santiago

---- Foi presente uma informação propondo a libertação do montante de 2 562,50€, do protocolo celebrado com a Federação Caminhos de Santiago, em virtude de não se ter realizado, por força da pandemia, uma campanha promocional na rádio e na imprensa escrita e a produção de um filme promocional. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a libertação do saldo. -----
---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

7- Política de Proteção de dados

---- Foi presente a Política de Proteção de Dados do Município de Tondela, de acordo com o exposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados e na Lei de execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, que se anexa com o número 1. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a política de proteção de dados do Município.-----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

8- Agradecimento da Câmara Municipal de Celorico da Beira

---- Foi presente um agradecimento enviado pela Câmara Municipal de Celorico da Beira, pela participação e pelo convívio na 44ª Feira do Queijo de Celorico da Beira. ---

---- A Câmara tomou conhecimento.-----

- Departamento de Planeamento Urbanismo e Edifícios

9-Despachos efetuados no uso das competências delegadas e subdelegadas das obras particulares

---- A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos que recaíram sobre os processos de obras particulares, constantes da listagem que foi apresentada nos termos do art.º 34 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ficando arquivada nos respetivos serviços.-----

10- Isenção de taxas de urbanismo à Fábrica da Igreja Paroquial de Vilar de Besteiros

---- Foi presente um requerimento da Fábrica da Igreja Paroquial de Vilar de Besteiros a solicitar a isenção das taxas de urbanismo do processo 01/2001/381.-----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a isenção, no âmbito do exposto no artigo 18, número 4 alínea b) do Regulamento de Liquidação e cobrança de taxas e Outras Receitas Municipais.-----

- Departamento de Administração Geral, Económico Financeira, contratação Pública, Comunicação e Recursos Humanos

- Recursos Humanos

11- Aditamento ao Acordo Coletivo de Trabalho nº 212/2016

---- Foi presente uma informação propondo um aditamento ao Acordo Coletivo de Trabalho nº 212/2016, publicado no DRE, 2ª série, nº 40, de 26 de fevereiro de 2016, na qual propõe a introdução de uma nova cláusula intercalar entre a 3ª e 4ª cláusula, designada por Cláusula 3ª-A onde conste a atribuição de dois dias de férias aos trabalhadores do município a quem tenha sido atribuída, na avaliação do desempenho do biénio anterior, menção não inferior a adequado, em cada ano do biénio subsequente ao período avaliado, relevando, para o efeito, as avaliações de desempenho atribuídas no biénio 2021/2022 inclusive, sendo que, o aumento do período de férias não dá direito a qualquer aumento na remuneração ou no subsídio de férias. Mais é referido que nos casos em não houve avaliação do desempenho, por motivo imputável ao Empregador Público, é determinado a atribuição de 2 dias de férias por cada ano civil.-----



---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o aditamento ao Acordo Coletivo de Trabalho nº 212/2016.-----

12- Anulação da deliberação "13- Abertura de procedimento concursal para Técnico Superior em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado para a área de Economia e Finanças" e Abertura de procedimento concursal para Técnico Superior em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado para a área de Economia e Finanças

---- Foi presente uma informação propondo a anulação da deliberação de 14 de fevereiro de 2023: "13- Abertura de procedimento concursal para Técnico Superior em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado para a área de Economia e Finanças", pelo facto de na mesma não constar que o procedimento é aberto ao abrigo do número 4 do artigo 30º da LGTFP.-----

---- Mais é proposto a abertura de um procedimento concursal abertura de procedimento concursal para técnico superior em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado para a área de Economia e Finanças, que se transcreve:-----

---- “Em cumprimento das orientações dadas pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, com o Pelouro dos Recursos Humanos, datada de 8 de fevereiro para iniciar as tramitações processuais necessárias para a abertura de procedimento concursal para recrutamento de um posto de trabalho de Técnico Superior em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado para a área de Economia e Finanças, de acordo com a informação prestada pelo Chefe de Divisão de acordo com que aqui se transcreve:-----

---- . Considerando que a divisão económico-financeira carece de recursos humanos suficientes para o normal funcionamento dos serviços, encontrando-se os recursos humanos existentes à data, em notória sobrecarga de trabalho;-----

---- . Considerando que as exigências no setor económico e da contabilidade são cada vez maiores, agravadas com a entrada em vigor do SNC-AP e mais recentemente com a transferência de competências do setor da educação para os Municípios;-----

---- . Considerando que se encontram vagas previstas e não ocupadas no mapa de pessoal adstrito à divisão económico financeira;-----

Torna-se necessário, urgente e imperativo que se proceda ao recrutamento de, pelo menos, um trabalhador para o lugar de técnico superior para a divisão económico-financeira.-----

---- Considerando que é possível abrir procedimentos com reserva de recrutamento, para a referida categoria.-----

---- Considerando que consultada a CIM, a mesma informou que naquela Comunidade Intermunicipal não se encontra constituída a EGRA, prevista no art.º 16 do D.L 209/2009, nem existe qualquer bolsa ou reserva para postos de trabalho naquela categoria;-----

---- Assim, face aos considerandos, estão reunidas as condições para que nos termos do art.º 9 do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, seja proposta ao executivo a abertura do procedimento concursal devendo constar da deliberação:-----

---- Que este procedimento seja aberto ao abrigo do nº 4 do artigo 30 da LGTFP, aprovado pela Lei 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, conjugado com o nº 2

do artigo 5º da Lei Portaria 233/2022, de 9 de setembro, ou seja, podem ser admitidos trabalhadores com vínculo de emprego público, com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público. -----

---- - Fixação de um prazo para a apresentação das candidaturas, no mínimo de 10 e máximo de 20 dias úteis a partir da data da publicação do aviso, que considerando a celeridade da ocupação deste posto de trabalho, seja fixado em 10 dias.” -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a anular a deliberação de 14 de fevereiro de 2023. Mais deliberaram a abertura do procedimento concursal, de acordo com o exposto na informação e condicionado à verificação das questões financeiras, foi fixado 10 dias para apresentação de candidaturas, a contar da publicação em Diário da República. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

- Contratação Pública

13- 5º Prorrogação de Prazo da Empreitada "Rede de Águas e Esgotos ao Caramulo - Lote 2 - Lote B"

---- Foi presente a 5ª prorrogação de prazo da empreitada “Rede de Águas e Esgotos ao Caramulo – Lote 2 – Lote B”.-----

---- A senhora presidente informou que se prende com o atraso de entrega de paralelo, motivado pela escassez de matéria-prima. Referiu que acresce a negociação para disponibilidade de alguns terrenos, que está praticamente concluída.-----

---- O senhor vereador Fernando Sousa disse lamentar que os impeditivos para a passagem de emissários ainda não estejam resolvidos, estando a onerar a obra, ao que se verificará no final da mesma.-----

---- A senhora presidente disse que as situações estão a ser dirimidas com toda a legitimidade e atenção, em diálogo com os proprietários dos terrenos. Informou que o que está em causa, é a requalificação de emissários existentes e que por força da necessidade de colocar novas ancoragens à nova tubagem, implica uma área de serventia maior da existente, por isso importa a negociação desses espaços. Frisou que as vicissitudes desta e de outras obras prende-se numa primeira fase com a pandemia de Covid-19, numa fase à escassez de matéria-prima e à disponibilidade de terrenos.-----

---- O senhor vereador Fernando Sousa disse que quando interessa é referido o interesse máximo do erário público, mas que é preciso ver que acima de tudo o prejuízo dos Caramulanos e no final da obra dos valores que lhe serão imputados por não se ter acautelado a cedência de terrenos para os emissários.-----

---- A Câmara deliberou por maioria, com as abstenções dos senhores vereadores Francisco Coutinho, Fernando Sousa e Ana Coimbra, aprovar a prorrogação de prazo de 139 dias, de acordo com a informação técnica, sendo a mesma subdivididos em:

prorrogação legal de prazo de 72 dias entre 23/09/2022 e 04/12/2022 correspondente aos trabalhos contratuais de reposição de pavimentos em calçada, os quais efetivamente, só têm condições de execução em simultâneo com os trabalhos complementares similares e prorrogação graciosa de prazo de 67 dias entre 04/12/2022 e 08/02/2023.----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

- Divisão de Economia e Finanças

- Património

14- Transferência de património

---- Foi presente uma informação propondo a transferência do património: -----

---- Monitor com o número de património 018133 para a Educação, funcionário Bruno Rebelo; -----

---- Monitor com o número de património 18153 para a Contabilidade, funcionário Tiago

Rodrigues; -----

---- Monitor com o número de património 18137 para a Contabilidade, funcionária Orlanda

Ferreira -----

---- Monitor com o número de património 18183 para a Contabilidade, funcionária Ana Figueiredo; -----

---- Monitores com o número de património 19129 e 18126 para a Contabilidade, funcionária

Ângela Marques; -----

---- Monitores com o número de património 22347 e 18136 para a Contabilidade, funcionário

Ana Oliveira;-----

---- Monitor com o número de património 18152 para o Estaleiro funcionário Antero Mota; -----

---- Monitor com o número de património 23851 para a Comunicação funcionário Ricardo

Ferreira; -----

---- Computador com o número de património 23849, para a comunicação, funcionário Ricardo Ferreira. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a transferência do referido património. -----

15- Abate de património

--- Foi presente uma informação propondo o abate do património: -----

---- Computadores com o número de património: -----



18154	18168	19120	3065	12745
18155	18169	19131	3784	15853
18157	18170	19132	6372	15854
18158	18171	19865	6594	15855
18159	18172	19866	6672	15856
18160	18173	19867	6713	18156
18161	18175	19868	7319	20223
18162	18177	411	7375	8602
18164	18181	1473	8106	14456
18165	18185	1599	8659	
18166	19110	1920	10156	
18167	19113	2764	12744	

---- Impressoras com o número de património: -----

22154	11530	15946
22198	16780	11525
22849	15942	8783
22151	15943	8753
16262	15944	12742
17221	15945	12753

---- Videoprojectores com o número de património: 19956, 19958, 7737, 19957, 19959.

---- Software Office pro 2003 e Windows XP

11461	11472	11483	11494	11505
11462	11473	11484	11495	11506
11463	11474	11485	11496	11507
11464	11475	11486	11497	11508
11465	11476	11487	11498	11509
11466	11477	11488	11499	11510
11467	11478	11489	11500	11511
11468	11479	11490	11501	11512
11469	11480	11491	11502	11513
11470	11481	11492	11503	11514
11471	11482	11493	11504	11515

11516	11275	11443
11517	11276	11444
11518	11277	11445
11519	11278	11446
11520	11279	11447
11249	11280	11448
11250	11281	16067
11251	11282	11621
11252	11283	11302
11253	11284	11451
11254	11285	
11255	11286	
11256	11287	
11257	11288	
11258	11289	
11259	11290	
11260	11291	
11261	11292	
11262	11293	
11263	11294	
11264	11295	
11265	11296	
11266	11297	
11267	11298	
11268	11299	
11269	11300	
11270	11301	
11271	11439	
11272	11440	
11273	11441	
11274	11442	

Norton antivirus small business 9.0 com o número de património: 11340

Software Multipeers com o número de património: 20573

Windows svr std 2003 localized olp a govt com o número de património: 11450

---- Monitores com o número de património: 833, 4062, 5380, 6303, 6585, 6698, 6712, 7432, 20063, 8595, 8584, 8808, 9020, 9046, 9201, 11529, 12752, 15882, 15883, 15884, 15885, 15886, 18437.-----

---- Scanner com o número de património: 7339 -----

---- Nvidia quadro2 ex entry 3d graphics card com o número de património: 12746 -----

---- Equipamento de rede placa de rede com o número de património: 10042 -----

---- Central Telefónica com o número de património: 20277 -----

---- Máquina Fotográfica Olympus com o número de património: 23236 -----

Tele de Projecção com o número de património: 7736 -----

---- Bastidor com o número de património: 7738 -----

---- O senhor vereador Fernando Sousa questionou se este anate tem algum tipo de aproveitamento económico, a nível da reciclagem. -----

---- A senhora presidente informou que antes de ser abatido no património, os serviços efetuam a devida avaliação dos equipamentos, para o caso de ainda poderem ser cedido a algum organismo, em caso contrario tem de ser encaminhamento para os devidos locais. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o abate do referido património.-----

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

---- De acordo com o preceituado no art.º 49 da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, a presente reunião foi pública.-----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, pela senhora presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas dez horas e quinze minutos, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e devidamente assinada por mim, Maria Isabel Cabral Estrela, que a subscrevi.-----

Fátima Carla Dias Antunes Borges

Maria Isabel Cabral Estrela